CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2026

Retifica disposições relativas à isenção do pagamento da taxa de inscrição, altera o vencimento do cargo de Motorista e atualiza o conteúdo programático do cargo de Controlador.

ERRATA N.º 01

O Presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna pública a Errata n.º 01 do Concurso Público, regido pelo Edital n.º 001/2026, destinado ao provimento de cargos efetivos para o Poder Legislativo Municipal, ficando estabelecidas as seguintes alterações:

1) No item 5.2.4, onde se lê:

5.2.4 Para usufruir do benefício previsto na alínea "d", o candidato economicamente hipossuficiente, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e membro de família de baixa renda, deverá indicar o Número de Identificação Social – NIS e anexar em um único arquivo todos os documentos a seguir:

I. comprovante da inscrição atualizado no CadÚnico do Governo Federal, com apresentação do Comprovante de Cadastro, emitido pelo aplicativo Cadastro Único ou pelo endereço eletrônico cadunico.dataprev.gov.br/#/comprovante, com acesso por senha pessoal;
II. cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS digital contendo o arquivo completo com a seleção do item "Todos os dados da carteira" no aplicativo Carteira de Trabalho Digital emitida após a publicação deste Edital;
III. declaração de órgão competente de que o candidato atende à condição estabelecida.

Leia-se:

5.2.4 Para usufruir do benefício previsto na alínea "d", o candidato economicamente hipossuficiente, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e membro de família de baixa renda, deverá indicar o Número de Identificação Social – NIS e anexar em um único arquivo todos os documentos a seguir:

I. comprovante da inscrição atualizado no CadÚnico do Governo Federal, emitido pelo aplicativo Cadastro Único ou pelo endereço eletrônico cadunico.dataprev.gov.br/#/comprovante, com acesso por senha pessoal;
II. cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS digital contendo o arquivo completo com a seleção do item "Todos os dados da carteira" no aplicativo Carteira de Trabalho Digital emitida após a publicação deste Edital.

2) No quadro de nível fundamental do ANEXO I - CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL (CH), VENCIMENTOS E REQUISITOS, onde se lê:

CARGO	VAGAS	CH (semanal)	VENCIMENTO	REQUISITOS
Motorista	2	30h	R$ 3.763,50	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação na categoria C.

Leia-se:

CARGO	VAGAS	CH (semanal)	VENCIMENTO	REQUISITOS
Motorista	2	30h	R$ 4.912,43	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação na categoria C.

3) <u>No ANEXO V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL SUPERIOR, onde se lê:</u>

CONTROLADOR

Administração Pública: princípios, organização administrativa, poderes e atos administrativos, processo administrativo, responsabilidade dos agentes públicos e controle da Administração Pública. Controle interno e externo na Administração Pública: fundamentos constitucionais, objetivos, competências, organização e funcionamento dos sistemas de controle, fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Governança pública, gestão de riscos, integridade, conformidade, segregação de funções, prevenção e detecção de irregularidades. Auditoria governamental: conceitos, princípios, tipos e técnicas de auditoria, planejamento, execução, procedimentos de fiscalização, testes de controle e substantivos, amostragem, evidências, papéis de trabalho, achados, relatórios e pareceres de auditoria. Auditoria de conformidade, financeira e operacional. Monitoramento de recomendações e acompanhamento de medidas preventivas e corretivas. Prestação de contas, tomada de contas e tomada de contas especial. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: fundamentos, escrituração, registros contábeis, receitas e despesas públicas, variações patrimoniais, análise de contas e demonstrações contábeis. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Direito Financeiro e Orçamento Público: princípios orçamentários, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), créditos adicionais, execução orçamentária e financeira, empenho, liquidação, pagamento, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores. Lei Federal n.º 4.320/1964 e suas alterações. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000 e suas alterações): planejamento, transparência, limites de despesas com pessoal, gestão fiscal, Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), fiscalização e controle das contas públicas. Gestão financeira e patrimonial: conciliação bancária, controle de disponibilidades, bens, valores, direitos, obrigações, inventários e registros patrimoniais. Licitações e contratos administrativos (Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações): planejamento, procedimentos licitatórios, contratação direta, execução e fiscalização contratual, alterações, pagamentos, sanções e controle das contratações públicas. Fiscalização de contratos, convênios e instrumentos congêneres. Controle e avaliação da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública. Improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações). Transparência e acesso à informação (Lei n.º 12.527/2011). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018). Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC): competências, fiscalização, prestação de contas, diligências, auditorias, instruções normativas e sistemas de remessa de informações. Elaboração de pareceres, relatórios técnicos, recomendações e instrumentos de acompanhamento do controle interno. Sistemas informatizados de gestão pública, análise de dados, planilhas eletrônicas e ferramentas digitais aplicadas à auditoria e ao controle. Conhecimentos pertinentes à área de atuação. Relações humanas no trabalho e ética profissional no serviço público.

<u>Leia-se:</u>

CONTROLADOR

Administração Pública: princípios, organização administrativa, poderes e atos administrativos, processo administrativo, responsabilidade dos agentes públicos e controle da Administração Pública. Controle interno e externo na Administração Pública: fundamentos constitucionais,

objetivos, competências, organização e funcionamento dos sistemas de controle, fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Governança pública, gestão de riscos, integridade, conformidade, segregação de funções, prevenção e detecção de irregularidades. Auditoria governamental: conceitos, princípios, tipos e técnicas de auditoria, planejamento, execução, procedimentos de fiscalização, testes de controle e substantivos, amostragem, evidências, papéis de trabalho, achados, relatórios e pareceres de auditoria. Auditoria de conformidade, financeira e operacional. Monitoramento de recomendações e acompanhamento de medidas preventivas e corretivas. Prestação de contas, tomada de contas e tomada de contas especial. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: fundamentos, escrituração, registros contábeis, receitas e despesas públicas, variações patrimoniais, análise de contas e demonstrações contábeis. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Direito Financeiro e Orçamento Público: princípios orçamentários, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), créditos adicionais, execução orçamentária e financeira, empenho, liquidação, pagamento, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores. Lei Federal n.º 4.320/1964 e suas alterações. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000 e suas alterações): planejamento, transparência, limites de despesas com pessoal, gestão fiscal, Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), fiscalização e controle das contas públicas. Gestão financeira e patrimonial: conciliação bancária, controle de disponibilidades, bens, valores, direitos, obrigações, inventários e registros patrimoniais. Licitações e contratos administrativos (Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações): planejamento, procedimentos licitatórios, contratação direta, execução e fiscalização contratual, alterações, pagamentos, sanções e controle das contratações públicas. Fiscalização de contratos, convênios e instrumentos congêneres. Controle e avaliação da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública. Improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações). Transparência e acesso à informação (Lei n.º 12.527/2011). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018). Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC): competências, fiscalização, prestação de contas, diligências, auditorias e sistemas de remessa de informações. Instruções Normativas N. TC-13/2012, N. TC-20/2015 e N. TC-28/2021, consideradas suas alterações posteriores. Elaboração de pareceres, relatórios técnicos, recomendações e instrumentos de acompanhamento do controle interno. Sistemas informatizados de gestão pública, análise de dados, planilhas eletrônicas e ferramentas digitais aplicadas à auditoria e ao controle. Conhecimentos pertinentes à área de atuação. Relações humanas no trabalho e ética profissional no serviço público.

Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no Edital.

São Francisco do Sul, 05 de novembro de 2026.

Marcon Machado
Presidente da Câmara de Vereadores